

HISTÓRIA / Sapateiros, amoladores e outros profissionais em extinção oferecem seus produtos e serviços no Núcleo Bandeirante, a vila nascida do comércio, em 1957, para atender os construtores da capital. Alguns estão, há mais de 40 anos, atrás do mesmo balcão

Heranças da Cidade Livre

» RENATO ALVES

Elas ganham a vida consertando ou vendendo o que a maioria rejeita ou desconhece. Lutam contra a concorrência da tecnologia e das grandes redes. E concentram-se na cidade nascida do livre comércio. Datado de 1957, o Núcleo Bandeirante ainda tem sapateiros, amoladores de ferramentas, reparadores de painéis e fogões, vendedores de grãos a granel, eletricitistas especializados em vitrolas, tevês de tubo, rádios a válvula. Profissionais hoje em extinção, mas que são disputados nos tempos da invasão de candangos atraídos pelas ofertas de trabalho nos canteiros de obras de Brasília. Muitos, pioneiros ou filhos de pioneiros, atendem no mesmo lugar, há mais de 40 anos, atrás do mesmo balcão.

Nos tempos em que o Núcleo Bandeirante ainda era chamado

de Cidade Livre e tinha as ruas de terra tomadas por trabalhadores da construção civil, os sapateiros eram muito procurados, devido à falta de lojas de calçados e ao costume de as pessoas prolongarem ao máximo a vida dos sapatos de couro. Dessa época, um sapateiro fez fama na região. Conhecido como Paraíba ou Zé Peba, José Cícero de Maria criou a família consertando os calçados, as bolsas e as malas dos brasileiros vindos de todo o canto do país, residentes ou de passagem por Brasília. Falecido há 15 anos, o pioneiro nascido em Campina Grande (PB) deixou herdeiros na profissão. Quatro dos 13 filhos mantêm bancas no DF, sendo duas nas ruas do Núcleo Bandeirante, uma no Mercado da cidade e outra no Riacho Fundo.

Um dos filhos e aprendizes de Zé Peba, Gilson José de Araújo, 40 anos, trabalha em um quiosque à margem da 1ª Avenida do Núcleo

Bandeirante com um cunhado. Repararam sapatos, bolsas e malas. Chegaram a consertar 40 pares de calçados em um dia. “A melhor época é a que antecede as férias, quando muita gente traz malas para reparos”, conta Gilson. No entanto, ressalta, também há prejuízos nesse negócio. “Tem gente que deixa o calçado e some, muda da cidade sem nem deixar notícia, ou fica doente, morre. Temos pares de sapatos deixados aqui há dois anos”, relata o filho de Zé Peba, mostrando uma pilha de calçados empoeirados.

Espaço nordestino

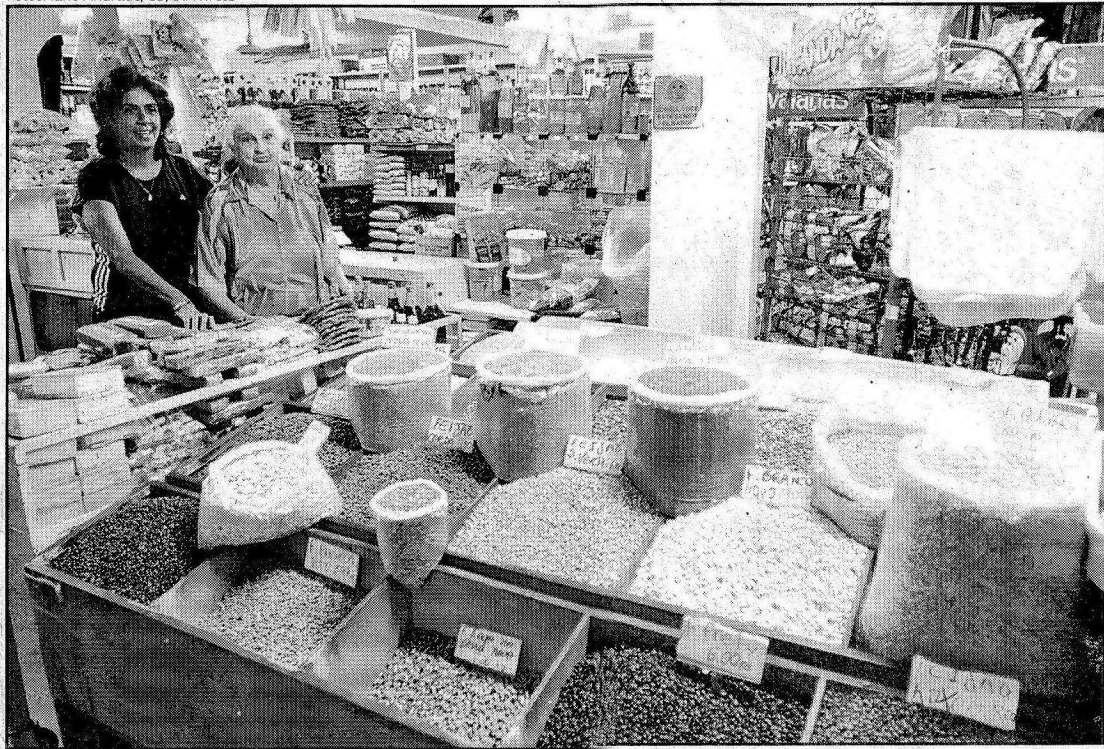
A uma quadra dali, no Mercado, a vida parece ter parado no tempo. Além do sapateiro filho de Zé Peba, há antigos barbeiros, muitos técnicos em eletrônica e dois armazéns. Mesmo com a evidente decadência do mal conservado prédio, comerciantes mantêm fiéis clientes. É o caso de Maria de Moraes Barros. Dona de um dos armazéns, a piauiense de 89 anos ainda tem disposição para atender os interessados em grãos e uma variedade quase infinita de farinha a granel, charque, rapadura, manteiga de garrafa, rapé e tantos outros artigos típicos do Nordeste brasileiro.

As farinhas e os grãos são expostos em sacos de estopa com as pontas enroladas, lado a lado, como há 45 anos, quando o marido de Maria, Kenár de Albuquerque Barros, abriu o primeiro armazém, no já extinto Mercado Diamantina. Sempre vendendo produtos aos contranões nordestinos, Kenár e Maria, originários de Parnaíba (PI), criaram os sete filhos. Após a morte do patriarca, em 2004, alguns dos filhos passaram a dividir as funções na Mercaria Parnaíba e no vizinho Açougue São José — também no Mercado — com a mãe.

Rogeli Ana Moraes Barros, 52 anos, que passa quase todo o dia no mercadinho da família, lamenta a concorrência com os grandes supermercados. “O movimento já foi muito melhor. Aqui no Mercado, já teve oito armazéns e nove açougues. Hoje, são dois armazéns e só um açougue, o nosso. Trabalhamos para pagar as contas”, comenta. No entanto, nem ela, nem a mãe e nem qualquer outro familiar pensa em se render à modernidade dos negócios do século 21 e mudar a oferta de produtos ou a estética do armazém. “Nossos clientes procuram aqui o que não encontram nos supermercados”, destaca Rogeli.

Ainda no Mercado, um dos técnicos em eletrônica, Raimundo Dantas, 57 anos, vive apenas de restaurar aparelhos muito antigos. O maranhense de Caxias, morador de Brasília há seis anos,

Fotos: Iano Andrade/CB/D.A Press



Maria de Moraes, 89 anos, vende grãos em armazém do Mercado, assim como o marido já fazia há 45 anos



Gilson de Araújo (à esquerda) e três irmãos aprenderam com o pai, pioneiro de Brasília, o ofício de sapateiro

» Memória

Tempos de zinco e palha

Quando surgiu, em 1957, o Núcleo Bandeirante, então Cidade Livre, contava 2,2 mil habitantes. Eram donos e funcionários das 342 edificações de madeira recobertas com chapas de alumínio, de zinco e até mesmo com palha. Elas abrigavam armazéns de secos e molhados, casas de tecidos, restaurantes, barbearias, tinturarias, marcenarias, açougues, farmácias, escolas (duas), cinema, bares, pensões e hotéis. A energia elétrica e a iluminação eram garantidas por motores e geradores particulares. A captação de água era feita no Córrego Vicente Pires. As ruas de chão batido evidenciavam o caráter provisório da cidade.

já chegou a recuperar um gramofone de 1930. No momento, se dedica a consertar e reformar duas vitrolas dos anos 1950. “Uma veio de uma fazenda. Tinha até ninho de rato. Coloquei para funcionar e estou acabando de dar o retoque na madeira”, conta ele, que expõe na vitrine da loja e oficina dois rádios restaurados, um de 1945 e outro de 1950.

Consertos em geral

Na 3ª Avenida do Núcleo Bandeirante, outra loja resiste ao tempo, mantendo as características, os produtos e os serviços originais. Como há 46 anos, a Mundo dos Alumínios não tem placa na fachada, mas continua a

atrair quem precisa reparar a panela, o liquidificador ou comprar peças para o fogão antigo ou acessórios para cozinha, como uma fôrma para misto quente e um amassador de alho. A frente do comércio, está a administradora de empresas Débora de Lima, 41 anos. Criados na loja, ela e o irmão, o policial civil Dário de Lima, 42, aprenderam a consertar um pouco de tudo. Por isso, decidiram continuar a tocar o negócio do pai, morto em dezembro.

Para manter o comércio ativo, Débora largou o emprego em um hospital. Desde então, passa o dia na loja atendendo os clientes e, quando preciso, faz pequenos reparos em painéis. “Cresci correndo entre essas prateleiras. Dessa

forma, aprendi com o meu pai a trocar algumas peças. Já os serviços mais complicados, como desmontar, são feitos pelo meu irmão, nas horas de folga do serviço dele”, conta a comerciante. Ela e Dário pensam em fazer uma pequena reforma na Mundo dos Alumínios, mas garantem a manutenção do aspecto original. “A loja sempre teve a cara do meu pai. Agora, pensamos em dar uma pequena mudança, instalando balcões mais novos e uma placa na fachada. Mas nada radical, pois os próprios clientes nos pedem para deixar tudo como está”, explica Débora.

Em uma esquina da 1ª Avenida, o baiano José Ferreira da Luz, 48 anos, trabalha sentado em um banquinho de madeira, atrás de uma banca. Ele, que chegou a Brasília em 1981 à procura de trabalho, amola qualquer tipo de ferramenta. Cobra R\$ 10 por alicate de unha, o principal produto levado pela clientela. Já a afiação de facões sai a R\$ 15. Dessa forma, chega a ganhar R\$ 80 por dia, insuficiente para manter a casa, no Guará, e os cinco filhos. “Por isso, faço bico como vendedor ambulante, indo de bar em bar, à noite. Sempre foi assim”, lamenta o homem, que ainda reclama da concorrência dos amoladores de alicate que oferecem o serviço indo a salões de beleza e à porta das casas.

MPF

Ministério Público Federal

Procuradoria
Geral da
República

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atuação do Ministério Público Federal nas Eleições de 2014
Edital de Convocação
PGR-N.º 10/2014

A Procuradoria Geral Eleitoral, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com fundamento no artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, e no artigo 6º, inciso XIV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 75/1993, na forma da Resolução n.º 82/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, convoca todos interessados para a Audiência Pública “Atuação do Ministério Público Federal nas Eleições de 2014”, a ser realizada no dia 10 de abril de 2014, com início às 9 horas, no Auditório JK, localizado no edifício-sede da Procuradoria Geral da República, SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco C, Brasília – DF.

O objetivo da audiência pública é coletar contribuições, sugestões e informações para a definição da linha de atuação da Procuradoria Geral Eleitoral (PGE) e das Procuradorias Regionais Eleitorais (PREs) exposta na referida audiência, visando garantir a legitimidade das ações sobre o processo democrático, sempre com o fim de efetivar plenamente os dispositivos que regulam o processo eleitoral, promover a lisura do pleito e assegurar a participação da sociedade civil na consolidação das linhas a serem seguidas.

O Ministério Público Federal, por meio da PGE e das PREs, promove ações e atua como fiscal da lei na área eleitoral, manifestando-se em todos os processos que são apreciados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Nas eleições de 2014, que serão eleições gerais, os Tribunais Regionais funcionarão como “primeira instância” da Justiça Eleitoral, ou seja, os processos serão inicialmente apreciados por eles, com exceção daqueles relativos às eleições presidenciais, inicialmente apreciados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Dentre os órgãos do Estado, são as PREs e a PGE (esta, apenas para eleições presidenciais) que possuem legitimidade para promover ações de fiscalização da propaganda e das campanhas eleitorais (os partidos políticos e os candidatos também são legitimados para entrar com essas ações, mas, mesmo nestes casos, a Procuradoria deve manifestar-se nos processos como fiscal da lei).

Assim, assumindo a responsabilidade de fiscalizar o processo eleitoral de maneira sóbria e imparcial, sem deixar de garantir a proteção rápida e eficiente de todos os valores pertinentes, a Procuradoria Geral Eleitoral convida todas e todos a exporem suas posições e sugestões sobre questões que considerem relevantes para a fiscalização das eleições de 2014 pelo Ministério Público Federal.

1. Formato do evento e procedimentos

1.1. Público e inscrições

A audiência pública será aberta a quaisquer pessoas físicas e jurídicas com interesse geral na temática de seu objeto.

Poderão ser realizadas inscrições prévias e gratuitas por meio do endereço eletrônico PGE-AUDIENCIA2014@MPF.MP.BR, com o envio de mensagem intitulada “Inscrição para audiência pública”, na qual constará nome completo, CPF e vinculação institucional do participante.

Caso haja mais inscrições do que o suportado pelas dependências físicas onde será realizada a audiência, serão selecionadas as inscrições mais antigas, considerando-se data e hora de envio da mensagem. No dia do evento, serão admitidas inscrições no local da audiência, por ordem de chegada, até que seja atingida a lotação máxima do espaço.

1.2. Condução dos debates

A audiência pública será presidida pelo Procurador-Geral Eleitoral, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, que apresentará os objetivos e regras de funcionamento da audiência e ordenará os debates. Serão admitidas perguntas e intervenções orais e por escrito, dirigidas ao Presidente da audiência.

Para fazer uso da palavra, os interessados podem se inscrever na entrada do auditório, antes ou durante a audiência pública, ou, no auditório, por meio dos representantes da Procuradoria Geral Eleitoral, devendo o participante informar o seu nome e, se cabível, a entidade que representa. O uso da palavra será concedido pelo presidente da mesa de acordo com a ordem sequencial de registro da intenção para manifestação e, no curso da audiência pública, conforme for solicitada a palavra. O número de intervenções orais e o tempo destinado a cada uma serão estabelecidos pelo presidente da sessão ou por secretário(s) por ele designado(s) para auxiliar na condução dos trabalhos.

1.3. Registros e ata

Após os trabalhos, será redigida a ata da audiência, que será assinada pelo presidente da sessão e disponibilizada na página da Procuradoria Geral Eleitoral na internet (www.eleitoral.mpf.mp.br).

A critério do presidente da sessão, a audiência poderá ser gravada em vídeo e/ou áudio, que será disponibilizado na central de vídeos do Ministério Público Federal (www.tvmf.mpf.gov.br).

2. Publicidade

Será conferida ampla publicidade a este edital, sendo facultado ao Procurador Geral Eleitoral e ao Vice-Procurador Geral Eleitoral convidarem agremiações partidárias, especialistas, pesquisadores, técnicos, associações com notória atuação no âmbito do objeto da audiência, representações profissionais, empresas e demais entidades civis, observada a pertinência temática, para comparecerem à audiência na qualidade de participantes.

3. Disposições finais

As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão caráter consultivo e não vinculante, destinando-se a informar a atuação eleitoral do Ministério Público Federal.

Brasília, 14 de março de 2014
Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral Eleitoral